

Isilda Maria
Prazeres dos
Santos Vargues
Gomes

Assinado de forma
digital por Isilda Maria
Prazeres dos Santos
Vargues Gomes
Dados: 2020.03.25
17:32:09 Z



Filipe
Mesquita
Vital

Assinado de forma
digital por Filipe
Mesquita Vital
Dados: 2020.03.25
17:32:31 Z

Álvaro
Miguel
Peixinho
Alambre Bila

Assinado de forma
digital por Álvaro
Miguel Peixinho
Alambre Bila
Dados: 2020.03.25
17:32:56 Z

AJUSTE DIRETO

**FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DA VIA VERDE NO PARQUE DE
ESTACIONAMENTO ROCHA PRIME**

AD 024/20

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CLÁUSULA 1ª	
OBJETO DO CONTRATO.....	4
CLÁUSULA 2ª	
CONTRATO.....	4
CLÁUSULA 3ª	
PREÇO BASE.....	4
CLÁUSULA 4ª	
DURAÇÃO DO CONTRATO.....	5
CLÁUSULA 5ª	
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	5
CLÁUSULA 6ª	
PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS.....	5
CLÁUSULA 7ª	
GARANTIA DE CONTINUIDADE.....	5
CLÁUSULA 8ª	
OBJETO DO DEVER DE SIGILO.....	6
CLÁUSULA 9ª	
PREÇO CONTRATUAL.....	6
CLÁUSULA 10ª	
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	6
CLÁUSULA 11ª	
SANÇÕES CONTRATUAIS.....	7
CLÁUSULA 12ª	
FORÇA MAIOR.....	7
CLÁUSULA 13ª	
RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO.....	8
CLÁUSULA 14ª	
RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE.....	8
CLÁUSULA 15ª	
FORO COMPETENTE.....	9
CLÁUSULA 16ª	
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	9
CLÁUSULA 17ª	
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	9
CLÁUSULA 18ª	
GESTORES DO CONTRATO.....	9
CLÁUSULA 19ª	
PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	10
CLÁUSULA 20ª	

CONTAGEM DOS PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	10
CLÁUSULA 21ª	
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	10
CLÁUSULA 22ª	
CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO.....	10

CLÁUSULA 1ª

OBJETO DO CONTRATO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento, instalação, manutenção e utilização da Via Verde no parque de estacionamento Rocha Prime, durante 5 anos.
2. O procedimento tem o seguinte código de CPV:
98351110-2 – Serviços de Controlo de Estacionamento

CLÁUSULA 2ª

CONTRATO

1. O contrato constitui, para o contraente público e para o cocontratante, situações subjetivas ativas e passivas que devem ser exercidas e cumpridas de boa-fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.
2. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
3. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 4 da presente Cláusula e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artº 101º também do CCP.
7. Além dos documentos indicados no número 4 anterior, o fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
8. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.

CLÁUSULA 3ª

PREÇO BASE

1. O preço base do presente procedimento é de 18.000,00€ (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Nos termos dos artigos 47.º e 473.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) entende-se por preço base o valor máximo que a EMARP se dispõe a pagar, incluindo todos os impostos, taxas e despesas, exceto IVA.

CLÁUSULA 4ª

DURAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato mantém-se em vigor durante cinco anos após a colocação em funcionamento da Via Verde, se antes não for atingido o valor total da adjudicação.
2. Nos termos da art.º 440.º do CCP justifica-se este prazo pelo volume do investimento a realizar pela empresa, para instalação do sistema no parque que só é rentável para um contrato com a duração mínima de cinco anos, sendo a sua utilização de 4 meses no ano;
3. O prazo máximo de instalação da Via Verde é até 15 de maio de 2020.

CLÁUSULA 5ª

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de fornecimento de uma via de entrada e uma via de saída, subterrânea, equipada com sistema Via Verde e um computador central Via Verde, instalado na sala de controlo.
2. O Fornecedor é ainda responsável, nomeadamente, por:
 - a) Cumprir as cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Atuar de acordo com a legislação portuguesa e da União Europeia;
 - c) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares dos documentos patenteados no procedimento e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a execução do Contrato.

CLÁUSULA 6ª

PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a EMARP venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer um dos direitos mencionados no número anterior, fica o adjudicatário obrigado a indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

CLÁUSULA 7ª

GARANTIA DE CONTINUIDADE

O fornecedor deve assegurar a continuidade dos serviços objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA 8ª

OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à EMARP, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 9ª

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a EMARP deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 10ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela EMARP, nos termos do(s) ponto(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela EMARP, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da EMARP, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento contabilístico de correção.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

5. As faturas, deverão ser emitidas de acordo com o art.º 299-B do CCP, sem prejuízo dos requisitos constantes do Decreto-Lei 123/18 de 28 Dezembro, e conter entre outras indicações a referência do concurso e o período de faturação a que se referem.

CLÁUSULA 11ª

SANÇÕES CONTRATUAIS

1. O adjudicatário está sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos bem como às sanções aí previstas.
2. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a EMARP pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, que não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a EMARP decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Ao valor da indemnização prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do nº 2, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução do contrato.
5. Para efeitos dos limites previstos nos n.os 2 e 3, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
6. A EMARP pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias e indemnização devidas nos termos da presente cláusula.
7. Poderá haver lugar ainda à resolução do contrato nos termos dos artigos 333º a 335º do CCP, sem prejuízo da EMARP vir a acionar o direito de indemnização nos termos gerais.

CLÁUSULA 12ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa, negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 13ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330.º e seguintes do CCP, a EMARP pode resolver o contrato, de acordo com o procedimento previsto no nº 2 da presente Cláusula, nas seguintes situações:
 - a) Causa geral de resolução - Por violação de forma grave ou reiterada pelo adjudicatário de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual,
 - b) Causa especial de resolução - Pelo atraso superior a 30 (trinta) dias ou se, por escrito, o adjudicatário declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução, referido no número 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário, a contar da data de verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

CLÁUSULA 14ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330 e seguintes do CCP, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à EMARP, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CLÁUSULA 15ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro da comarca de Faro, Instância Local Cível de Portimão, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 16ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante regem-se pelo disposto nos artºs 318.º a 324.º do CCP.

CLÁUSULA 17ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 18ª

GESTORES DO CONTRATO

1. O gestor do contrato da EMARP do presente procedimento, foi nomeado conjuntamente com a decisão de contratar, conforme indicado na cláusula 1ª do convite.
2. Os dados do gestor de contrato da EMARP são os seguintes:

Efetivo: Maria Miguel Godinho Vieira Alexandre - Chefe de Setor

E-mail: maria.alexandre@emarp.pt

Telefone: 282 400 260

Fax: 282 400 269

Suplente: José Agostinho Vicente Duarte – Técnico Administrativo

E-mail: jose.duarte@emarp.pt

Telefone: 282 400 260

Fax: 282 400 269

3. Caberá ao gestor de contrato a responsabilidade de controlar a execução financeira, técnica e material do contrato.

4. O nome, e contactos do gestor de contrato do adjudicatário terão que ser indicados na altura da entrega dos documentos de habilitação, conforme alínea g) do n.º 1 da cláusula 19ª do convite.

CLÁUSULA 19ª

PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A segunda contraente obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados") e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito e para efeitos da prestação dos Serviços.

CLÁUSULA 20ª

CONTAGEM DOS PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

1. À contagem de prazos na fase de execução dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo são aplicáveis as seguintes regras:
 - a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
 - b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
 - c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
 - d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
2. O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

CLÁUSULA 21ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA 22ª

CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

1. O serviço deverá ser constituído pelos seguintes termos:
 - a) Levantamento técnico do(s) parque(s);

- b) Instalação dos equipamentos de acordo com as características do parque, bem como, o numero de vias de entrada e saída a equipar – no caso do parque Rocha Prime, serão equipadas uma via de entrada e uma via de saída, subterrâneas;
 - c) Manutenção dos equipamentos necessários à prossecução dos níveis de serviço;
 - d) Processamento e tratamento central de transações de estacionamento e disponibilização da funcionalidade parques;
 - e) Envio, através da SIBS (sempre que o pagamento deva processar-se via rede multibanco), ou da(s) instituição (ões) bancárias (s) a cada momento designada (s) pela Via Verde Portugal, no âmbito da execução de uma autorização de débito direto válida, de ordens de débito sobre a conta associada pelo Aderente ao respetivo identificador, pela quantia correspondente à tarifa de estacionamento devida;
 - f) Envio dos ficheiros inerentes ao funcionamento dos Sistemas Locais (Status File) e, bem assim, dos demais que se vierem a revelar necessários para efeitos do cabal e integral funcionamento, a nível de cada um dos parques, da Funcionalidade Parques;
 - g) Envio à operadora da informação referida em informação operacional partilhada;
 - h) Gestão dos pagamentos e emissão e envio, aos aderentes, de extratos-recibo de acordo com as regras em vigor para emissão de extrato;
 - i) Análise de reclamações apresentadas por aderentes que utilizarem, nos parques, a Serviço Via Verde para Acesso a Parques de Estacionamento;
 - j) Análise e emissão de pareceres no âmbito de processos de reclamação de aderentes que forem remetidos pela operadora à Via Verde Portugal;
 - l) Envio de informação necessária para permitir a análise necessária à efetivação de eventuais estornos e/ ou acertos de importâncias relativas a tarifas de estacionamento indevidamente cobradas ou pendentes de cobrança a aderentes que tiverem utilizado, nos parques , este serviço;
 - m) Apoio de Call Center aos aderentes.
2. Os equipamentos a instalar pela Via Verde, para as portas de entrada ou saída de cada Parque, são as seguintes:
- a) Multireader;
 - b) Suporte de fixação do multireader;
 - c) Computador Via verde;
 - d) Carta de interfaces série e de I/O;
 - e) Caixa adaptadora para interfaces série;
 - f) Unidade de alimentação sem interrupção;
 - g) Router;
 - h) Quadro de distribuição de energia;
 - i) Instalação dos equipamentos de via;
 - j) Instalação dos equipamentos de gestão;
 - l) Arranque e tuning da instalação;
 - m) Cabos, fichas e respetiva instalação;
 - n) Ligação de fichas nos extremos dos cabos;

- o) Fixação do armário de alimentação à parede.
- 3. O software deverá permitir exportar os seguintes ficheiros:
 - a) Ficheiro MRVV - resumo semanal de créditos efetuados à Operadora;
 - b) Ficheiro TP (Transações Pagas) - discriminativo do ficheiro MRVV;
 - c) Ficheiro TI – Detalhe das Transações de Estacionamento dadas como incobradas, após rescisão do Contrato de Adesão;
 - d) Ficheiro SAFT – ficheiro normalizado de exportação de dados que considera apenas os valores efetivamente creditados à Operadora (mensal).
- 4. Dever de envio dos seguintes Relatórios:

Independentemente dos ficheiros descritos, a Via Verde enviará por E-mail ou por FTP, um relatório de atividade mensal para cada Operadora, o qual disponibiliza a seguinte informação:

 - Proveitos;
 - Transações Pagas;
 - Incobrados;
 - Transações de valor nulo.

Março 2020

O Técnico Responsável,

Maria Alexandre